

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, A URBANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO NO BRASIL¹

Claudia Terezinha Gagliotto Galvan²
Luiz Carlos Flávio³

Resumo

A industrialização possibilitou o progresso técnico, econômico e cultural da sociedade, além do desenvolvimento do capitalismo, da urbanização e de muitos problemas sociais para a população, dentre eles o problema habitacional. Com o objetivo de compreender esse problema, realizou-se um breve estudo bibliográfico com o intuito de conhecer o processo de industrialização e urbanização e sua relação com a habitação. Percebeu-se que o problema agravou com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão das desigualdades sociais. E, mesmo com a atuação do Estado, através de políticas habitacionais a população ainda vive em lugares sem condições de habitabilidade, comprometendo o bem-estar e a qualidade de vida da população brasileira.

Palavras-chave: capitalismo; cidades; moradia.

Introdução

O processo de industrialização, teve início com a Revolução Industrial no século XVIII na Inglaterra. Disseminou-se pelo mundo, provocando transformações econômicas, sociais e culturais na vida das pessoas.

Esse novo modo de produção provocou a divisão social e territorial do trabalho, o consumo e o surgimento de novas necessidades para satisfazer as condições de sobrevivência no mundo capitalista, tais como a concentração de renda e ascensão social para a burguesia e dificuldade e pobreza para os proletários.

A industrialização exigiu, e ao mesmo tempo favoreceu a formação e expansão da urbanização. Atraiu a oferta da força de trabalho, infra-estrutura, acessibilidade, progresso técnico e acumulação capitalista para os espaços urbanos.

A expansão urbana e industrial permitiu melhorias para as condições de sobrevivência, mas, contribuiu também para o surgimento de problemas como o

¹ Artigo baseado na monografia de conclusão do curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Ambientais, do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

² Economista Doméstica, pós-graduada no curso de Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Campus de Fco. Beltrão – Pr. R: Ceará – 141, Nova Petrópolis, Fco. Beltrão – Pr. Cep. 85.601.130. www.claudiaggalvan@yahoo.com.br.

³ Professor Ms., orientador do curso de Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Campus de Fco. Beltrão – Pr. R: Maringá – 1200, Vila Nova, Fco Beltrão – Pr. Cep. 85.605.010

desemprego, falta de renda, habitações, violência, segregação e exclusão social. Pois, o valor dos terrenos, do material de construção, da mobília e os salários defasados, não permitem que a maioria dos trabalhadores habite em lugares adequados.

A moradia, considerada um direito à subsistência e à vida, passa a ser um problema social enfrentado pela sociedade civil e pelos países, entre eles o Brasil.

Com o fortalecimento da industrialização no Brasil, a partir de 1930 houve um avanço do mercado interno, o desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade (Maricato, 2000).

Mesmo assim, intensificaram-se os problemas relacionados com a pobreza e a qualidade de vida como o acesso à alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, lazer e outros. E para enfrentar os problemas habitacionais, as classes de menor poder econômico, buscam alternativas de moradia em lugares inadequados a uma vida digna como as favelas, cortiços, ocupações clandestinas sem condições de habitabilidade e qualidade de vida.

Como uma alternativa para o problema da moradia o Estado cria e implementa políticas e programas habitacionais com o objetivo de oferecer habitação para a população de baixa renda. Mas, devido ao déficit habitacional, grande parte da população continua sem lugar para morar.

Diante das desigualdades sociais observadas no território brasileiro, influenciadas pelo processo de industrialização a partir do século XX e das transformações econômicas e sociais decorrentes do acelerado processo de urbanização, percebe-se a necessidade da realização de um estudo bibliográfico que leve à compreensão dos fatos e da relação existente entre o processo de industrialização, urbanização e o desenvolvimento da habitação. Pois, pensamos ser importante na academia, questionar os graves problemas sociais enfrentados por grande parte da população, entre eles o habitacional.

1 A Industrialização

O processo de industrialização, teve origem no século XVIII, na Grã-Bretanha com o advento da Revolução Industrial, que estava diretamente relacionada com as condições econômicas presentes na Inglaterra naquele período.

O estímulo inicial para a revolução foi impulsionado não só pelas condições econômicas e sociais da Inglaterra, mas pela produção de bens de consumo fabricados com matéria-prima de baixo custo. O transporte oferecido pelas vias férreas, a mudança tecnológica, a escassez de mão-de-obra e a perspectiva de expansão do mercado contribuíram para o desenvolvimento desse novo modo de produção.

A revolução industrial modificou radicalmente o caráter da produção. Utilizou máquinas movidas por energia a vapor, ocupando o lugar do homem no processo de produção. Para Dobb⁴ “um mecanismo, depois de acionado, executa com suas ferramentas as mesmas operações antes executadas pelo trabalhador com suas ferramentas”.

A partir desse período, cresceu a dependência do trabalho em relação ao capital e ao capitalista, que disciplinaram as forças do trabalho e do trabalhador. Pois, até então, o homem trabalhava de acordo com sua habilidade e sua maneira, sua força muscular, sua inteligência, e inclusive em tempos determinados por ele.

Dessa forma, o trabalhador, passa a fazer parte desse novo modo de produção e geração de capital, e é considerado engrenagem do processo de produção, através da sua força de trabalho. Produzindo riquezas, progresso e prosperidade para a burguesia, que cada vez mais detem os meios de produção e concentração da propriedade.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, conseqüentemente desenvolveu-se o proletariado e a classe dos operários. Que por necessidade precisam vender sua força de trabalho para sobreviver e, somente conseguem trabalho na medida em que aumenta o capital para a criação de indústrias e novos postos de trabalho.

A sociedade industrial, com sua produção mecanizada impôs novas condições de vida aos trabalhadores. O trabalho se estendeu a toda família operária, com a desvalorização da força de trabalho do homem, a mulher e crianças necessitaram trabalhar aumentando a mais-valia a ser explorada e, conseqüentemente, a acumulação do capital pelos industriais.

A máquina do século XIX conferiu todo o poder transformador e produtor da abundância e apostou nela como possibilidade, não muito remota, de superação do reino da necessidade (superação de um mundo sempre às voltas com a escassez de recursos para manter o crescimento ilimitado do gênero humano), mas também a ela foi conferido o poder transformador da estrutura social (*the fabric of society*), o que colocava em algo exterior ao próprio homem a potência movimentadora do novo sistema social (*social system*) (Bresciani apud Marques; Berutti; Faria [19__?], p. 45).

⁴ citado por Marques; Berutti; Faria ([19__?], p.32.

Como descreve Goldenstein e Seabra (1982), com o modo de produção capitalista, as novas atividades econômicas interferiram no processo de acumulação de capital, diferenciados em aspectos técnicos, econômicos ou político-econômicos entre a burguesia e o proletariado.

Dessa forma, a agricultura e a indústria compõem a concentração do capital norteando a nova divisão territorial do trabalho após a Revolução Industrial. E como resultado desse desenvolvimento desigual o espaço sócio-econômico torna-se produto de articulação das relações econômica, política e ideológica dos diversos modos de produção, cujas transformações efetivam-se na formação social e territorial.

No Brasil, a industrialização tornou-se mais efetiva a partir do século XIX, quando transformações econômicas e sociais proporcionaram condições favoráveis para o desenvolvimento industrial e urbano. Conseqüentemente, surgiram novas formas de viver, novos centros urbanos e cidades que se expandiram próximo das indústrias (Decca, 1991).

As Condições de Trabalho nas Indústrias

Registros mostram que desde os primeiros tempos da industrialização o trabalho era considerado árduo. Grande parte dos operários era os imigrantes estrangeiros e seus filhos, até mesmo crianças. Trabalhavam em média de 13 a 15 horas diárias, em péssimas condições de trabalho.

As indústrias não ofereciam local de trabalho adequado aos seus operários, pois, apresentavam sujeira, pouca iluminação e ventilação, sem conforto para os trabalhadores realizarem suas tarefas com segurança e produzirem de acordo com sua capacidade.

Até 1922 eram poucas as fábricas bem instaladas e que propiciavam benefícios aos seus operários, como locais de trabalho higiênicos, creche e escola para os filhos dos trabalhadores, moradia, serviço médico, entre outros.

A partir de 1940 e 1950 as indústrias brasileiras de bens de consumo duráveis e de bens de capital desenvolveram-se significativamente. Com a introdução do capital estrangeiro, ocorreram novos empreendimentos governamentais e investimentos públicos.

Para Decca (1991), a industrialização contribuiu para a infra-estrutura urbana das cidades, melhorando os centros comerciais, administrativos e os bairros residenciais da

classe alta. Salientando-se que, já nessa época, existiam os bairros industriais e operários, onde as ruas abrigavam as casas feitas em série, habitações pobres e coletivas, pequenas fábricas e comércios que possuíam sistema de água e esgoto deficiente.

Percebe-se que, quanto mais a indústria se desenvolve, mais aumentam os proletários. Os interesses comuns da classe trabalhadora crescem em função de alguns fatores como baixos salários, falta de emprego, aperfeiçoamento constante, tecnologia que substituem o trabalho humano, mulheres e crianças complementam o trabalho do homem. A exploração do operário pelos donos dos meios de produção e capital faz com que os operários se organizem em classes e lutem por seus direitos (Goldenstein; Seabra, 1982).

Entre 1890 e 1930/35 surge o movimento operário no Brasil. Os operários começaram a se organizar por fábrica, por setor industrial, em sindicatos, nos partidos nas greves e paralisações em busca de seus direitos.

Em relação à representação de classes, os industriais fundaram associações com a finalidade de “conseguir e preservar vantagens econômicas para os industriais e de controlar, com medidas repressivas ou preventivas, o operariado fabril” (Decca, 1991, p. 9). Como exemplo disso podemos citar o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928, que em 1931 passou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

Nesse contexto, foram estabelecidas algumas leis trabalhistas, como: a lei sobre acidentes de trabalho e a lei Elói Chaves sobre aposentadoria e pensão, que vigorou a partir de 1923. Em 1926 entrou em vigor a primeira lei que regulamentava as férias dos trabalhadores, e em 1943 o Ministério do Trabalho promulgou o Conjunto de Leis Trabalhistas (CLT) que com algumas alterações vigora até os dias de hoje (Decca, 1991).

O salário dos operários do século XIX até 1930 e 1940 era considerado baixo e não acompanhava o aumento dos preços e o custo de vida dos trabalhadores. Sem garantia de pontualidade no pagamento, muitas vezes, os trabalhadores declaravam greve para receberem os salários.

Conforme o autor citado, em função dos baixos salários pagos aos operários, na década de 1940 foi estabelecido o Salário Mínimo⁵, mas mesmo assim, o custo de vida ainda era alto e os trabalhadores não conseguiam manter uma qualidade de vida satisfatória para si próprio e sua família.

Mesmo com todas as conquistas e avanços legais que os trabalhadores conseguiram através das reivindicações, ainda era necessário melhorias salariais e sindicais que somente seriam atendidas por meio de novas manifestações e greves da classe operária.

Segundo Sader (1995), alguns acontecimentos como os movimentos populares; o crescimento dos sindicatos; as greves manifestavam a contestação da ordem social vigente. O movimento operário deixou de lado a passividade e o conformismo diante da formação excludente da sociedade brasileira, do Estado e sua industrialização e acumulação capitalista, onde os proletários eram apenas os fatores de produção.

A classe trabalhadora reconheceu a importância do seu trabalho, realizado nos postos de trabalho quanto nas lutas para conquistar novos direitos ou regulamentações da legislação. Valorizou a solidariedade entre os indivíduos e os grupos da sociedade almejando justiça social e igualdade de direitos no mundo capitalista.

2 O Processo de urbanização

Na Antiguidade, a cidade era vista como a sede do poder, da classe dominante; e o campo a sede da atividade primária, onde, através da agricultura o homem extrai da natureza todas as substâncias que satisfarão suas necessidades e o sustento material da sociedade. A cidade só pode surgir no momento em que o desenvolvimento das forças produtivas do campo é suficiente para a sua subsistência, permitindo que o excedente alimentar seja transferido para a cidade (Singer, 1980).

Para a concretização do processo de urbanização, além da produção alimentar excedente, é necessário a criação de instituições sociais, possibilitando a participação dos homens no processo de produção e distribuição, onde haja relação de dominação e

⁵ “Decreto-lei nº 399 de 1938 assim define o salário mínimo em seu artigo 2º: remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer em determinada época e região do país as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário e transporte” (Villaça, 1986, p. 29).

exploração que assegure a transferência do mais-produto do campo para a cidade, ou seja, a sociedade de classe.

De outro modo, a transferência de mais-produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo de produção e na apropriação do produto pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse (Singer, 1980, p. 13).

As cidades, nos tempos atuais, se sustentam em torno do mercado, em função do desenvolvimento do comércio, sendo que determinado território possui mais-produto pode ser trocado pelo mais-produto de outros territórios. Transformando o escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens em geral e manufaturados.

Juntamente com a cidade surge também a inovação na técnica de dominação e na organização da produção regular e especializada de mercadorias sofisticadas, cujo intercâmbio generalizado se transforma em troca monetária, a moeda, que amplia a divisão social do trabalho e o poder da classe dominante.

De acordo com Singer (1980), a industrialização é necessariamente um fenômeno urbano. Quando a fábrica não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela. Pois, exige nas proximidades um grande número de trabalhadores, serviços de infraestrutura como transporte, armazenamento, energia, entre outros, necessários para o efetivo e satisfatório funcionamento da mesma.

O processo de urbanização aconteceu em todo o mundo, devido ao poder econômico do capitalismo. Porém, a urbanização de grande parte dos países subdesenvolvidos deve-se à industrialização tardia da periferia, que atraiu a massa de mão-de-obra expulsa do campo. Esse fato provocou, principalmente a partir dos anos de 1960, a explosão de pólos urbanos do Terceiro Mundo, que não possuíam habitações, infra-estrutura e equipamentos urbanos para garantir a qualidade de vida para a população.

A urbanização favorece ações de empreendedores imobiliários, proprietários fundiários e dos meios de produção, que buscam oportunidades de negócios imobiliários. O que acaba produzindo espaços de alto poder aquisitivo, cercados de infra-estrutura e conforto, próximos aos espaços de extrema pobreza e falta de condições de habitabilidade, provocando a segregação social e espacial das camadas populares.

A Urbanização no Brasil e a Exclusão dos Trabalhadores

A Bahia marcou o processo de urbanização no Brasil. No século XIX, o fenômeno da urbanização se acelerou e adquiriu as características atuais. A expansão da agricultura, o comércio, o setor de serviços, a exploração mineral, a criação de riquezas e a vida de relações foram à base dos povoamentos e o surgimento das cidades em todo o território.

No final da década de 1920 (...) a urbanização do interior, evoluindo de forma acelerada e atomizada, foi reforçada pelo movimento de capitais mercantis locais propiciando investimentos de origem privada de companhias de energia, de telefone, de meios de transporte, bancos, instituições de ensino etc. Acrescente-se ainda o surgimento de postos de gasolina, armazéns para a venda de implementos agrícolas e sementes, que reforçavam o setor urbano, acelerando a prestação de serviço (Rossini apud Santos, 1996, p. 24).

Conforme Gomes; Silva; Silva (2003), a partir de 1960 o processo de urbanização intensificou-se de forma diferenciada nas regiões do país. A urbanização nos anos 40 era de 26,3%; em 1980 de 68,86% e; em 2000 a taxa de urbanização era de 81,2% . O que mostra que os aglomerados urbanos em 1940 eram de 18,8 milhões de pessoas e em 2000 o número de pessoas que moram nas cidades aproxima-se dos 138 milhões.

A urbanização acontece paralelamente com o aumento do desemprego, subemprego mal remunerado e informal dos trabalhadores que, vivendo nas cidades em busca de melhores condições salariais, são agentes dinâmicos no processo de urbanização e político do país. Com o crescimento dos centros urbanos, cresce também a qualidade desses centros, que são capazes de manter as relações nacionais, diversificam e aumentam as relações interurbanas com o aumento da divisão do trabalho e abrigam maior diversidade de profissões e atividades estabelecendo inter-relações do ponto de vista econômico e social (Santos, 1996).

É importante salientar que os agentes que promovem a urbanização, modificam e dinamizam-na conforme suas necessidades, muitas vezes ligadas ao propósito da sociedade capitalista são os integrantes das classes sociais denominados como: proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários; promotores imobiliários; o Estado e; grupos sociais excluídos (Corrêa, 1989).

Os proprietários dos meios de produção, ou seja, os donos das grandes empresas são os principais consumidores de espaço amplo e barato, que satisfaçam suas atividades, e seja próximo às estradas, ferrovias, portos e de fácil acessibilidade às pessoas.

Nos lugares onde a industrialização é expressiva, criam-se amplas áreas fabris, em setores distintos das áreas residenciais da elite, porém próximas das áreas dos trabalhadores. E, muitas vezes, a infra-estrutura urbana necessária às indústrias é promovida pelo Estado.

No entanto, há necessidade de terra para implantar ou ampliar as atividades econômicas e industriais, e o elevado custo da mesma desencadeiam o processo de especulação, impedindo que muitos trabalhadores tenham acesso a ela.

Para Corrêa (1989), os proprietários fundiários, procuram obter maior renda de suas propriedades, principalmente com a venda de terras para o uso comercial ou residencial para pessoas de maior poder aquisitivo. E, à medida que a terra rural converte-se em terra urbana, há uma valorização maior de suas propriedades. Significando aumento do preço da terra, maior lucro e dificuldade de adquirir esse bem por aqueles que não possuem poder aquisitivo.

Ressalta-se que existem os proprietários que utilizam a terra para construir a casa própria valorizam-na com o valor do seu uso, e os proprietários que especulam com ela. Interessados no seu valor de troca, esperam obter maior lucro e ganhos extras, dificultam o acesso aos menos favorecidos (Rodrigues, 2001).

Como descreve Corrêa (1989) outro agente que interfere na formação do espaço urbano são os promotores imobiliários, pois é por intermédio deles que se realizam as compras e vendas, financiamentos, construções e locações de imóveis urbanos e rurais que com disponibilidade de capital, promovem o desenvolvimento do setor imobiliário. No entanto, ampliam a exclusão das camadas populares, pois o capital investido em habitação popular é baixo devido aos níveis salariais e poder de compra dessa parte da população.

O Estado atua complexa e variavelmente na urbanização, refletindo a dinâmica da sociedade que constitui as cidades. O Estado pode ser considerado como um industrial, já que ele consome o espaço e localizações específicas; e é também proprietário fundiário, promotor imobiliário, regulador do uso do solo e alvo de movimentos sociais urbanos (Corrêa, 1989).

Na medida em que o Estado promove alguma melhoria de infra-estrutura, autoriza a implantação de alguma empresa, ou instala algum órgão público em determinado lugar faz crescer a valorização das regiões próximas e a especulação imobiliária da terra e dos imóveis.

Conforme o mesmo autor, o Estado promove a elaboração de leis e normas do uso do solo. Cria condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, a acumulação, a reprodução das classes sociais e a segregação social.

A habitação é um bem cujo acesso é restrito a grande parte da população⁶. Não possuir condições financeiras para pagar aluguéis ou comprar imóveis, exclui essas pessoas para lugares densamente ocupados, sem condições de habitabilidade e insalubres, colocando em risco a sua saúde e de seus familiares.

A concentração de renda intensifica a presença de lugares de extrema pobreza em decorrência da industrialização, que não consegue empregar toda a população das áreas metropolitanas relacionadas com a imigração e o êxodo rural em busca dos postos de trabalho supostamente oferecidos pelas indústrias.

A partir do momento que a indústria não consegue absorver o trabalho de todas as pessoas dá-se uma nova espacialização da pobreza urbana. O êxodo urbano faz com que os trabalhadores busquem uma nova distribuição do capital através da reprodução de força do seu trabalho em outros lugares. Recriando cidades com os mesmos problemas urbanos citados anteriormente.

Desse modo, percebe-se a presença e intensificação da segregação residencial da população, que tem como características o status sócio-econômico, a urbanização e a etnia, formando bairros homogêneos, porém segregados conforme suas características. De acordo com Castells apud Corrêa (1989, p. 60) “a segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas”.

3 A Habitação

O modo de produção capitalista, instituiu a propriedade privada da terra, em razão de ser divisível e apropriável em dimensões fixas e delimitáveis, transformando-a em

⁶ São os agentes da urbanização e os maiores prejudicados por ela.

mercadoria. O que provocou o equacionamento do problema da habitação. Para Villaça (1986, p. 9):

Todo o ser humano precisa de abrigo e proteção contra as intempéries e outras agressões da natureza, e mesmo contra as agressões de seus semelhantes; precisa de privacidade e de abrigo para desenvolver sua vida individual, familiar e social .

A habitação passa ser um problema, quando o homem que depende do modo de produção capitalista não consegue, com sua força de trabalho poder financeiro suficiente para adquirir a terra e conseqüentemente sua habitação.

A moradia torna-se um fator excludente na vida do trabalhador assalariado, comprar ou mesmo alugar adquire contornos trágicos uma vez que o salário não acompanha a especulação imobiliária que transforma a terra (e a casa por extensão) em objeto de luxo para aqueles que vendem sua força de trabalho. Conquistar a moradia torna-se motivo de comemoração como uma loteria ou troféu, quando na verdade deveria ser apenas um direito de todo cidadão (Barros, 2005, p. 29).

Sendo assim, razões estruturais do capitalismo impedem o acesso a habitações decentes a todas as pessoas da sociedade. Pois, a habitação está atrelada à posse da terra que é propriedade privada, impedindo sua produção e distribuição aos consumidores. Além de representar grande riqueza, manifestações econômicas, políticas, sociais e ideológicas importantes para a grande parte da população.

Registros históricos mostram que desde o período da escravidão já existia o problema de habitação no Brasil, onde os trabalhadores negros moravam nas senzalas, lugares inadequados para a habitação.

De acordo com Villaça (1986), o problema habitacional no Brasil iniciou no século XIX, com o capitalismo. O homem foi despejado de sua terra, sua oficina, de seus meios de trabalho e de vida. Os brasileiros, trabalhadores das fazendas, juntamente com os imigrantes sem alojamento originaram o problema da habitação.

A principal forma de abrigo para o povo foi o cortiço, geralmente situado no centro das cidades, abrigam várias famílias, devido aos baixos aluguéis, a facilidade de deslocamento e transporte, a informalidade dos contratos. Os cortiços representam uma forma física de habitação para os moradores e um a forma de renda, ou seja, o aluguel para os proprietários, que alugavam as casas.

Diante desse quadro, os poderes públicos municipais, estaduais e federal, no início do século XX passaram a recomendar a construção de vilas higiênicas, e moradias populares para os trabalhadores, tendo em vista as más condições das habitações coletivas e insalubres que contribuíam para a proliferação de doenças e epidemias.

[...] Por toda à parte, a estatística demográfica vem demonstrando que é maior a mortalidade pela tuberculose nos bairros ou nas ruas em que há habitações menos confortáveis, por falta de água e luz, e por acúmulo de moradores[...].

Não é, portanto, de admirar o que, no seu último relatório, consignou o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, observando que, nesta cidade, de 1903 a 1920, algumas moléstias infecciosas – febre amarela, peste, varíola, sarampo, escarlatina, difteria e outras - mataram 64 741 pessoas, enquanto a tuberculose, só ela, matou em idêntico período nada menos de 68 985.

Em vista das observações e das experiências da clínica médica e dos laboratórios bacteriológicos, não vacilamos ao afirmar que, pelo menos, um terço de cada uma das duas mortalidades corre por conta dos defeitos da moradia popular [...] ⁷.

Porém, mesmo com esse novo tipo de construções não melhorou o padrão habitacional dos operários. Em contrapartida, surgiram as vilas operárias construídas fora da aglomeração urbana. Insuficientes para atender a população e construídas em cidades do interior onde a mão-de-obra escassa, tinha que ser atraída, essa era uma forma de exercer controle sobre a vida comunitária e privada dos moradores (Villaça, 1986).

Alguns industriais construíram as vilas operárias, consideradas adequadas à moradia, próximo das fábricas mas cobravam aluguel alto aos trabalhadores, que com os baixos salários tinham dificuldade de pagar os aluguéis e até mesmo adquirir a casa própria, continuava morando precariamente.

Para Rodrigues (2001), as favelas surgiram no Rio de Janeiro, após a Guerra dos Canudos e em São Paulo depois da Segunda Guerra Mundial. A existência das favelas e seu crescimento se devem à migração rural por falta de condições de sobrevivência; a atração que a cidade exerce em relação às novas expectativas de vida; os baixos salários, insuficientes para pagar o aluguel; a influência que os meios de comunicação exercem, divulgando a fartura de emprego e consumo existentes nas cidades, como o bem-estar, luxo, roupas de marca, etc.

⁷ Evaristo de Moraes, 'O problema da tuberculose e o problema da habitação das classes pobres', Clarté, 1 (6): 167-70, dez. 1921, apud M Hall e P. S. Pinheiro, A classe operária no Brasil, V. 2, p. 121-4. apud DECCA, 1991, p. 57-8), que descreve as características dos cortiços, principalmente em São Paulo.

De acordo com Costa (2006), há estimativas de que a população de favelados no mundo será de 1,36 bilhão em 2015 e em 2030 ou 2040 seja cerca de 2 bilhões de pessoas. No Rio de Janeiro, no final do século eram 192.476 habitantes em 759 favelas. Lembrando que no mundo, existem aproximadamente de 250 mil favelas, moradia de cerca de 32% da população urbana global do ano de 2001.

Para esse autor, a favela, considerada problema para muitos, pode ser a única alternativa e a solução para os refugiados da globalização, que fechou as portas do mercado de trabalho formal, dos direitos sociais e da modernidade urbana.

Sendo assim, outra alternativa de moradia para a população carente é as ocupações, que se assemelham à favela. No entanto, nas ocupações várias famílias ocupam uma determinada área no mesmo dia, constroem em sistema de mutirão suas casas. As ocupações, são caracterizadas por uma mobilização anterior, as famílias conhecem a área, definem a data, a dimensão dos lotes, a localização das ruas do espaço que irão ocupar (Rodrigues, 2001).

O movimento de moradores sem-teto teve início na década de 1970. Atualmente esses movimentos, além da moradia, reivindicam e trabalham para melhorar a organização das ocupações em áreas adequadas; evitando desastres ecológicos; pressionando o Estado a desapropriar as áreas visando o interesse social; e desenvolver a autogestão, onde os próprios sem-teto geram os recursos, assessoria técnica que no sistema de mutirão e remuneração constroem as habitações (Alves, 1992).

Os movimentos dos sem-teto, lutam pelos serviços de urbanização do espaço em que ocupam, contra a sua transferência para outras áreas, à diminuição de tarifas de água e luz e também contra os valores das prestações dos mutuários dos planos financeiros, bem como as normas e leis que regulamentam o uso e a apropriação da terra urbana através da reorganização do espaço urbano.

Viver nas cidades, para muitas pessoas significa ter as necessidades humanas primárias atendidas. Os estabelecimentos comerciais oferecem bens de consumo e serviços e equipamentos. Profissionais capacitados, possibilidades de ocupação, educação, treinamentos e habilitação profissional, projetos e aspirações, talentos e novas idéias, divergências, crises e conflitos. Melhores condições de vida e distribuição de riqueza, poder e justiça social (Alves, 1992).

No entanto, para a maioria da população urbana essa possibilidade de consumo e riqueza fica distante. E a cidade torna-se problemas, sacrifícios, prejuízos e frustrações diárias na luta pela sobrevivência.

Diante de tantos problemas decorrentes da urbanização acelerada em função do desenvolvimento do capitalismo, o problema da habitação é um dos mais graves problemas urbanos para a população brasileira de baixa renda. E sendo assim, o Estado a partir da década de 30 passou a intervir no campo da produção e comercialização da habitação popular no Brasil. Com ações em pontos isolados dos governos municipais, estaduais e federal.

A Atuação do Estado na Redução dos Problemas Habitacionais

O marco inicial da atuação do Estado Brasileiro em relação à moradia popular foi à criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs, que se responsabilizou pela construção e oferta de casas aos associados (Gomes; Silva; Silva, 2003).

Em 1º de maio de 1946, a Fundação da Casa Popular foi criada com a finalidade de “proporcionar aos brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros, a aquisição ou construção de moradia em zona urbana ou rural” (Villaça, 1986, p. 56). Foi o primeiro órgão nacional com o objetivo de oferecer habitação popular à população. Financiando casas, infra-estrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas.

Em 1964, a Lei nº 4.380, criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), com a finalidade de estimular a construção de habitações, principalmente para a população de baixa renda, melhorar o padrão habitacional, o ambiente e eliminar favelas. Foi constituído com capital inicial e com arrecadação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, implantou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (cadernetas de poupança) e administrava os investidos conforme os objetivos da política habitacional (Villaça, 1986).

Além da construção da habitação popular, o BNH atuou como promotor das transformações urbanas, através do financiamento de obras de infra-estrutura, melhorando o

sistema viário e pavimentação das cidades; aperfeiçoou a rede de energia elétrica, transporte e comunicações; incentivou a educação, cultura e serviços públicos. E ainda, gerenciou o Sistema de Financiamento da Habitação, oferecendo condições para a capitalização das empresas ligadas à construção civil, permitindo a estruturação dos agentes financeiros privados e o financiamento da produção (Gomes; Silva; Silva, 2003).

No entanto, sabe-se que o número dos financiamentos da moradia popular foi insuficiente em relação à demanda de moradia para a população carente. Com o passar do tempo, o BNH não conseguiu mais financiar a casa para a população com renda de três a cinco salários mínimos. No período de 1969 a 1973 estendeu o financiamento para classes média e alta, provocando assim a expansão do setor imobiliário.

Segundo Rodrigues apud Barros (2005), a prioridade do BHN mudou com o passar do tempo. No período da criação desse órgão a prioridade era atender a classe popular mas, entre 1970 e 1975 a classe média passou a ser beneficiada pela política de habitação. O que demonstrou falta de planejamento para reduzir o déficit de habitações e uma forma de acalmar as massas populares durante o regime militar.

Para esse autor, a Caixa Econômica ainda oferece financiamentos voltados a classe média. E para a classe popular (com rendimento de três a cinco salários mínimos) esporadicamente são desenvolvidos programas em consórcio com prefeituras e financiamentos a cargo com as Companhias Habitacionais (COHABS) estaduais ou municipais.

Para Gomes; Silva; Silva (2003), a política habitacional favoreceu a concentração do capital, sob a égide do Estado, valorizando o espaço urbano. Através da elevação dos preços da terra e dos impostos. E dessa forma, os impossibilitados de pagar acabam se deslocando para os locais afastados, recomeçando a produção da cidade em outro local, propiciando a expropriação de renda da grande maioria da população. E essa população excluída produz a cidade clandestina, suprindo assim a demanda pela moradia.

Em relação aos conjuntos habitacionais e sua precariedade no aspecto da infraestrutura, o BNH instituiu o Sistema Financeiro de Saneamento, no final dos anos 60, para a melhoria das obras de saneamento básico. Que foi reforçado com o Plano Nacional de saneamento – PLANASA, em 1971, com o objetivo de regular o setor.

É importante citar que a recessão econômica, favoreceu a diminuição dos financiamentos, as políticas de contenção salarial reduziram a capacidade de pagamento dos mutuários e a inadimplência provocou a interrupção do retorno dos financiamentos e a redução de reaplicação de recursos desencadearam intensas crises no setor habitacional. Com a extinção do BNH, em 1986, suas atribuições passaram para o Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central – BACEN e para a caixa Econômica Federal (Lorenzetti, 2001).

Tendo em vista, algumas medidas governamentais da década de 1990, como o confisco das Cadernetas de Poupança; o aumento do desemprego e a diminuição da arrecadação do FGTS; a inflação e o aumento dos juros encareceram os financiamentos comprometendo a política habitacional brasileira. Assim o Estado reduziu sua participação no mercado de terras, dificultando a aquisição da habitação, aumentando e a especulação imobiliária, agravando ainda mais a crise da habitação.

Com a reestruturação da política habitacional, foi criada a Secretaria de Política Urbana – SEPURB (na década de 90), com a finalidade de descentralizar a execução de programas nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura a cargo dos estados e municípios, e a esfera federal se responsabilizou com as funções normativas e reguladoras através do poder legislativo, por meio de medidas provisórias, portarias e instruções normativas (Lorenzetti, 2001).

A SEPURB ficou encarregada de formular a Política Nacional de Habitação – PNH, com o objetivo de universalizar o acesso à moradia , garantindo o direito à moradia a todas as pessoas. E de acordo com a PNH a atuação do governo federal no setor habitacional congregaria esforços dos diferentes níveis do poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil na tentativa de amenizar os problemas relacionados com a habitação.

No entanto, a carência de moradia adequada, além de comprometer a qualidade de vida da população e a qualidade do ambiente urbano das cidades brasileiras, gera o problema habitacional, concentrado nas classes de menor poder aquisitivo que depende do Estado ações que venham amenizar esse quadro. Mas, sabe-se que intervenções são necessárias e somente em longo prazo esses problemas poderão ser amenizados se integrados aos poderes públicos e a sociedade civil.

Políticas habitacionais e redistributiva efetivas, visando atender as necessidades dos cidadãos são direitos sociais indispensáveis a uma vida decente e constituem dever da sociedade como um todo e também do Estado.

Pois, o Estado deve proteger cada membro da sociedade contra a violência e invasão por parte de outras sociedades e, realizar e manter obras e instituições públicas que se destinam a servir aos interesses e necessidades dos cidadãos (Smith apud Santos, 1993).

Considerações Finais

A Revolução Industrial possibilitou inúmeras transformações na técnica de produção e na divisão social e territorial do trabalho; através das máquinas facilitou e aumentou a produtividade e a oferta da mão-de-obra em relação à mais-valia. Favoreceu a acumulação de capital, maior concentração da produção e da propriedade do capital pelas ações de monopolização.

A industrialização provocou não só mudanças nos setores econômicos mas, mudanças consideráveis na vida das pessoas, trazendo muitos benefícios para as classes mais abastadas e miséria e problemas para os pobres.

O trabalhador, tendo que vender sua força de trabalho, enfrentou más condições de trabalho, em ambientes insalubres, prepotência e submissão aos proprietários dos meios de produção, contribuindo imensamente para a acumulação do mundo capitalista.

O capitalismo proporcionou investimentos para a melhoria dos espaços urbanos, como a ampliação da área urbana, expandindo a infra-estrutura, equipamentos e serviços básicos como rede de água e esgoto, sistema viário, transportes e iluminação pública.

O capitalismo trouxe desenvolvimento e progresso para alguns lugares, trouxe também a concentração da pobreza e problemas em decorrência da expansão acelerada da urbanização. Muitas cidades não estavam preparadas para esse processo rápido e contínuo, e teve que deslocar grande parte de seus habitantes para os subúrbios a para a exclusão social.

No Brasil, percebeu-se o crescimento econômico entre o período de 1940 a 1980. No entanto, a desigualdade social agravou a exclusão social a partir da década de 80, quando do início da estagnação econômica do país.

A industrialização, apoiada nos salários baixos, influenciou o processo de urbanização. Pois, os trabalhadores ganhando pouco, muitas vezes nos trabalhos informais ou desempregados não conseguem receber a quantia necessária para satisfazer as condições para sobrevivência e sequer morar decentemente.

Além disso, favorecem a ilegalidade das moradias, a falta serviços básicos e a ausência das ações do Estado. Mesmo que os governos, através de políticas e programas governamentais procurem amenizar os problemas econômicos e sociais, estes órgãos e instituições não conseguem acompanhar o ritmo desenfreado da urbanização.

Dentre os problemas sociais enfrentados pela população o problema habitacional acaba sendo um dos mais graves. Mesmo com a atuação do Estado e da própria sociedade civil na produção de milhões de unidades habitacionais, o número é insuficiente e grande parte da população não tem acesso à moradia. Apesar de ser um problema particular do indivíduo não ter onde morar esse problema passa a ser um problema da sociedade em geral.

Quando alguém não tem uma moradia digna, acaba se localizando em cortiços, favelas ou ocupações, geralmente sem condições de habitabilidade. Esses lugares insalubres causam problemas de doenças e epidemias, colocando em risco a saúde pública. Os subúrbios habitados pelas classes populares geralmente são áreas de risco, como encostas, beiras de rios que podem desenvolver problemas ambientais. Além dos problemas de segurança pública, pois, quando os indivíduos não possuem o mínimo de condições de sobrevivência eles procurarão uma alternativa, mesmo que seja cometendo infrações e crimes contra o próprio semelhante.

E na ausência da habitação adequada e legal a população, com recursos próprios, produz sua casa como pode, mesmo que inadequada e aumentando as desigualdades sociais. E na tentativa de reduzir o problema habitacional e urbano o planejamento, através da participação da população pode ser a única maneira de resolve-los.

Já que o processo de industrialização e urbanização relacionam-se de forma cíclica no mundo capitalista, o planejamento urbano poderia contribuir para que as cidades pudessem se preparar para melhorar as condições de vida da população e corrigir os problemas oriundos do processo de urbanização. Através da participação de todas classes sociais e o levantamento dos problemas que cada classe social enfrenta o Estado e a própria

sociedade civil encontrariam soluções ou alternativas para melhorar as condições de habitabilidade e qualidade de vida para a população.

Bibliographic Study About the Industrialization Process, urbanization and the development of housing in Brazil

Abstract

The industrialization made possible the technical, economic and cultural progress of the society, besides the capitalism development, the urbanization and the serious social problems for the population, among them the housing problems. Aiming to understand the housing problems, it was accomplished a short bibliography study to know the industrialization process and urbanization and its relation with the housing. It was noticed that the problem became worst with the development of capitalism the expansion of the social inequalities. And even with the State intervention through housing policies the population still live in places with no living conditions, undertaking the well-being and the quality life of the Brazilian population.

Key-words: capitalism; cities; housing.

Referências

- ALVES, J. F. **Metrópoles: cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 1992.
- BARROS, A . **As Condições de Moradia e Sobrevivência das Classes Populares nas Pequenas Cidades: O Caso do Bairro Palmares – Palma Sola – S.C.** Fco. Beltrão: Unioeste, Universidade estadual do Oeste do Paraná. 2005. 96p. (Monografia - Graduação em Geografia)
- CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.
- COSTA, A . L. M. **Planeta Favela**. Revista Carta Capital. Maio, 2006.
- DECCA, M. A . G. de. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil 1880 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.
- GOLDENSTEIN, L. SEABRA, M. **Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização**. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: FFLCH – USP, n.1, 1982.
- GOMES, R, de C da C; SILVA, A . B da; SILVA; V. P da. **Política Habitacional e Urbanização no Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. v. VII, n. 146(083), 1 de agosto de 2003. Disponível em: [http:// www. google.com](http://www.google.com) acesso em 18 jun.2004.
- LORENZETTI, M. S. B. **A Questão Habitacional no Brasil**. (estudo) Consultora Legislativa da Área XIII. Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transportes. Câmara do Deputados. Brasília: Julho/ 2001.
- MARICATO, H. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva. v.14, n.4. São Paulo: out.dez. 2000. Disponível em: [http:// www.scielo. br.](http://www.scielo.br) acesso em 06 jul. 2006.
- MARQUES; BERUTTI; FARIA (orgs.). **A revolução Industrial**. [S.l.: s.n.], [19__?].
- RODRIGUES, A . M. **Moradia Nas Cidades Brasileiras**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SADER, E. **Quando Novos Personagens Entram Em Cena**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SINGER, . **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1980, 7 ed.

VILLAÇA, F. **O Que todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação**. São Paulo: Global, 1986.

Recebido: 16/11/2006

Aprovado: 20/03/2007